

SERVIÇO SOCIAL NOS PAÍSES AMAZÔNICOS: elementos para problematização

Cláudia Alves Durans

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

SERVIÇO SOCIAL NOS PAÍSES AMAZÔNICOS: elementos para problematização

Resumo: O texto problematiza a realidade dos países amazônicos na atualidade, marcada pela contradição entre serem portadores de imensas riquezas naturais e o grande pauperismo de suas populações. Busca localizar as raízes dessa contradição como uma construção histórica, a partir da inserção destes países no sistema econômico mundial de forma subordinada e dependente. Demarca grandes momentos históricos em que isto foi ocorrendo, enfatizando as lutas de classes e o papel do Estado.

Palavras-chave: Países amazônicos, pauperismo, lutas de classes, América Latina, imperialismo.

SOCIAL WORK IN AMAZONIAN COUTRIES: issues for problematization

Abstract: The text discusses the reality of the Amazonian countries today. It points out the contradiction between being in possession of vast natural wealth and the great poverty of their people. It tries to find the roots of this contradiction as a historical construction since the integration of these countries in the world's economic system in a subordinate and dependent way. It also demarcates major historical moments in which it was occurring, emphasising class struggle and the role of the state.

Keywords: Amazonian countries, poverty, class fighting, Latin America, imperialism.

Recebido em 15.04.2009. Aprovado em 16.06.2009

1 INTRODUÇÃO

Trata-se de uma proposta de pesquisa que busca investigar o Serviço Social nos países da região amazônica, composta por nove países, situados no continente latino americano que, apesar de situarem-se numa região rica e privilegiada pela natureza, do ponto de vista social e econômico apresenta graves problemas que levam a maioria da população, que nela habita, a viver em condições de grande pauperismo.

Neste sentido, a “**questão social**” obtém centralidade, sendo entendida como resultante das condições históricas, políticas, econômicas e culturais que se estabeleceram a partir da integração desses países ao capitalismo mundial desde as invasões européias, principalmente por Portugal e Espanha, seguida pelo domínio inglês e, mais recentemente, pelo imperialismo estadunidense e de parte do europeu.

Na pesquisa, busca-se verificar em que medida o processo de formação profissional responde, ou é permeado, pela realidade social, econômica, política e cultural destes países. Quais as repostas dadas às demandas postas pelas lutas das classes subalternizadas e povos originários. Como estão expressas nas diretrizes curriculares. Em que direção social aponta.

2 A INTEGRAÇÃO SUBORDINADA E DEPENDENTE DOS PAÍSES AMAZÔNICOS AO CAPITALISMO MUNDIAL

Quando falamos dos países amazônicos, nos referimos aos países situados na América do Sul: Peru, Equador, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Brasil; território definido pela floresta equatorial e bacia amazônica. 60% desse território situa-se no Brasil, cuja abrangência inclui nove estados: Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Amapá, Roraima, Mato Grosso, Tocantins e parte do estado do Maranhão (a oeste do meridiano 44 de longitude oeste).

É uma região de grandes riquezas naturais. Possui clima equatorial, apresenta temperaturas elevadas e alto índice pluviométrico. Pela floresta equatorial e por todos os elementos naturais combinados, apresenta uma riquíssima biodiversidade, alta capacidade de produção de energia, imensa riqueza de águas (maior bacia hidrográfica do mundo). O rio Amazonas, principal da bacia, possui 6.500 km de extensão, tendo como principais afluentes os rios: Japurá, Negro e Trombetas (margem esquerda) e Juruá, Madeira, Purus, Xingu e Tapajós (margem direita).

Essas características têm colocado a Amazônia numa posição de grande importância para o planeta, considerando as condições

climáticas atuais de um lado, e a grande riqueza de minérios, fauna, flora, etc. tão necessária ao mercado mundial.

Apesar de ser uma região extremamente rica e privilegiada pela natureza, do ponto de vista social e econômico apresenta graves problemas que levam a maioria da população que nela habita a viver em condições subumanas. A caracterização, como parte da América subdesenvolvida, marcada pelo pauperismo, nada tem a ver com o clima ou com os povos que aqui habitavam ou foram trazidos. Tem suas raízes no processo sócio-histórico, na forma como a região foi integrada ao sistema econômico mundial, desde o período da colonização.

Os povos originários que habitavam o que conhecemos hoje por América Latina, possuíam grande diversidade cultural, política, linguística, na forma como se apropriavam da natureza para garantir a sobrevivência. Estabeleciam uma relação harmônica com o meio ambiente e possuíam técnicas de produção na agricultura e pecuária bastante avançadas, segundo suas necessidades e estágio de desenvolvimento das forças produtivas, assim como na arquitetura, com destaque para os grandes monumentos Incas, Astecas e Maias.

Os povos que invadiram o subcontinente, principalmente os portugueses e espanhóis, fizeram com a intenção clara de explorar as riquezas naturais que existiam na região, desde os minérios (ouro, prata), especiarias, pau brasil, etc., passando pelos conhecidos ciclos da monocultura (café, açúcar, algodão, borracha, entre outros), recorrendo à força de trabalho escrava indígena e/ou africana, que servia à expansão da indústria na Europa e para a acumulação primitiva.

Mandel (1980) localiza bem o papel da colonização para o desenvolvimento do capitalismo, ressaltando de onde vieram os capitais comercial e usurário que propiciaram a acumulação primitiva: da colonização violenta da Ásia, África e América; primeiro, através da pilhagem de metais preciosos, depois como fornecedores de matérias-primas para a grande indústria e alimentos para seus trabalhadores, através das grandes plantações sob regimes escravistas.

O descobrimento das regiões auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento nas minas da população indígena, a conquista e saque das Índias Orientais, a transformação da África em um quintal reservado para o comércio de peles negras caracterizavam o alvorecer da era de produção capitalista. Esses processos idílicos constituem fatores fundamentais da acumulação primitiva do capital. Os

atos de barbárie e os perversos ultrajes perpetrados pelas chamadas raças cristãs em todas as regiões do mundo e contra todos os povos que puderam subjugar, não encontram paralelo em nenhuma época da história universal e em nenhuma raça, por mais selvagem e inculta, impiedosa e impudica que fosse. (MANDEL, 1980, p.57).

Dessa forma, localizamos a causa da pobreza e miséria dos povos latino-americanos a partir dessa inserção subordinada e totalmente dependente desde o período de dominação dos países ibéricos, consolidando um padrão de exploração e opressão aos povos indígenas: destruição física, cultural, religiosa e ideológica. Um verdadeiro genocídio dos povos existentes.

Na realidade, esta marca de exploração, opressão e dependência tem sido o signo histórico não só dos países amazônicos, mas de todo o subcontinente latino-americano, que foi inicialmente submetido às coroas portuguesa e espanhola, posteriormente ao imperialismo inglês e, atualmente, ao imperialismo estadunidense e a parte do europeu.

Vale destacar que, mesmo as lutas por independência política dos países para se constituírem em estado-nação, bem como o fim da escravidão legal no Brasil, tiveram anuência, e mesmo apoio do imperialismo inglês e dos liberais, que tinham como objetivo maior assegurar mercados e a nova dominação sobre as nações nascentes, tendo em vista que entre 1890 a 1914, houve a expansão e o fortalecimento do imperialismo.¹ Inglaterra, França, Rússia, Itália, Japão e Estados Unidos, disputavam encarnadamente, entre si, a ampliação de mercados para seus produtos industrializados. Até esse período, os países latino-americanos cumprem o papel de fornecedores de matérias-primas aos países centrais e convivem sob uma pesada opressão.

Os países vão alçar voos em busca de um desenvolvimento autônomo na década de 1930. Embora, registre-se na história a experiência do Paraguai, somente nessa década abre-se espaço para essa empreitada, em função da crise econômica desencadeada a partir da crise de 1929 e do difícil período vivido na Europa entre a grande depressão e o fim da segunda guerra mundial. Sabe-se que a primeira metade do século XX foi um período extremamente conturbado na Europa, marcado por crise, depressão, duas guerras mundiais, que deixaram o velho continente em ruínas. Isso abriu possibilidades para os países da periferia do sistema avançarem em processos de industrialização.

Esse modelo, que ficou conhecido como de "substituição das importações", possibilitou a emergência burguesias nacionais, preocupadas

em criar mercados internos, contando com a forte e decisiva ação do Estado.

Diferentemente do que ocorreu na Europa, na América Latina tais processos foram mais acelerados e incentivados pela ação estatal, que criou todas as condições infraestruturais necessárias para desenvolvimento da indústria, principalmente de bens de consumo.

Condizente com o momento econômico, ocorreu o fortalecimento de setores nacionalistas burgueses que, em face aos movimentos sociais fortes que se desenvolviam por todo o continente nesse período, conseguiram capitalizar e ocupar o espaço estatal com governos nacionalistas, de caráter bonapartista, que contavam com amplo apoio de massas. São exemplos desses governos, Vargas no Brasil, Cárdenas no México, Perón na Argentina.

Nas décadas seguintes, principalmente entre os anos 1950 e 1960, para fazer frente ao avanço das forças populares e para conter o avanço das idéias socialistas, ocorreu uma contraofensiva imperialista que, se por um lado teve por objetivo resolver uma crise de regime, por outro, tem a clara intenção de avançar na hegemonia econômica, principalmente dos EUA em todo o continente, segundo a doutrina *Monroe*. Isto foi obtido através dos golpes de Estado e estabelecimento das ditaduras militares.

As ditaduras militares conseguiram desmontar o modelo nacional desenvolvimentista vigente e aprofundaram o processo de internacionalização das economias, abrindo as portas ao capital estrangeiro. As ditas burguesias nacionais não conseguiram implementar um projeto social livre, e rumaram à ampliação da dependência ao imperialismo, conduzindo os países a cumprirem o papel de subcolônias. Constata-se, nesse período, a forte penetração de empresas multinacionais como estratégia do grande capital estrangeiro para fugir da taxaçoão do *Welfare State* e da legislação ambiental no centro do capitalismo, para realizar a sua valorização, ingressando nos países latino-americanos, onde encontravam: força de trabalho, isenções fiscais, sindicalismo desarticulado; condições ideais para seus objetivos de acumulação e reprodução. Vale ressaltar que essa estratégia econômica foi garantida com uma política de endividamento externo.

Harvey (1992) analisa que o processo de modernização desenvolvido nos países centrais, baseado na estratégia fordismo/*welfare state*/keynesianismo,

[...] que prometia desenvolvimento, emancipação das necessidades e plena integração ao fordismo, na prática, promovia a destruição das culturas locais, muita opressão e numerosas formas de domínio

capitalista em troca de ganhos bastante pífios em termos de padrão de vida e de serviços públicos, a não ser para uma elite nacional muito influente que decidira colaborar ativamente com o capital internacional. Movimentos em prol da libertação nacional – algumas vezes socialistas, mas com mais frequência burgueses nacionalistas – que mobilizaram muitos desses insatisfeitos, por vezes pareciam bem ameaçadores para o fordismo global. (HARVEY, 1992, p. 133)

Nas décadas de 1970 e 1980, a América Latina conviveu com golpes militares e lutas de resistência, incluindo guerrilhas urbanas e rurais. No Brasil, por exemplo, na década de 1970, sob o regime militar, acelerou-se o desenvolvimento da industrialização e a modernização tecnológica concentrada nas regiões sul e sudeste. Com isto, cresceu a proletarização, a urbanização desordenada, o setor de bens de consumo duráveis, a expansão da capitalização da agricultura. Este crescimento célere do processo de industrialização modificou o perfil da classe trabalhadora brasileira que duplicou de cerca de 7,7 milhões, para 14,3 milhões, representando 33% da população economicamente ativa (PEA). Evidentemente que isto mudou a feição da sociedade brasileira e esteve na base do ressurgimento dos movimentos sociais, com destaque para o movimento sindical operário.

Brasil, a Argentina e México, como economias mais fortes da América Latina, desenvolveram processos semelhantes. Entretanto, foi somente na década de 1980, que ressurgiram os movimentos contestatórios, principalmente a partir da crise da dívida externa, quando os juros internacionais dispararam após as crises do petróleo. Tais processos foram decisivos para a derrocada das ditaduras militares e ocorreram simultaneamente ao aprofundamento da crise do capital dos anos 70, que exigiu a redefinição da estratégia de acumulação, desde as formas de organização e gestão do trabalho, incluindo a incorporação das novas tecnologias, até a redefinição do papel do Estado, segundo as teses neoliberais.

Segundo Welmovick (2003), na fase atual denominada globalização, o capital tem avançado o seu domínio sobre a riqueza produzida mundialmente, em dupla direção: 1) a ofensiva recolonizadora, a exemplo dos velhos impérios, cuja expressão se verifica na expansão das áreas de livre comércio, que significa a abertura de mercados e a queda de uma série de países, com a invasão comercial e industrial das transnacionais; 2) a ofensiva exploradora sobre os trabalhadores, com a imposição de ritmos exaustivos de trabalho e uma extração de mais-valia ainda mais brutal; ataque à legislação trabalhista e conquistas

sociais, conduzindo ao aniquilamento de fontes de trabalho e a uma elevação espantosa do desemprego. Por fim, a destruição da natureza em função da necessidade do lucro capitalista. (WELMOVICK, 2003, p. 09).

Com tal estratégia, nos anos 1990 aprofundou-se o processo de dependência das economias destes países, submissão dos governos e a instabilidade política. Na realidade, foi posto em curso um processo de recolonização da América Latina, como um movimento de alcance estrutural que buscou a subordinação destes países, a uma condição semelhante à do século XIX, transformando as burguesias nacionais hoje “sócias menores” em “administradores coloniais”. Aliado a isso, verificou-se um processo intenso de desnacionalização, por intermédio de acentuados processos de fusões, privatizações e absorções. (WELMOVICK, 2002, p. 09).

Contudo, no início deste século, as políticas recomendadas pelo “Consenso de Washington”, indicadas como alternativas para a crise do Estado de bem-estar social, começaram a entrar em crise e, após duas décadas de ampliação da situação de miséria global, começamos a assistir ao retorno de lutas e mobilizações populares em várias partes do mundo. Essas lutas respondem à ofensiva capitalista contemporânea e possuem características diferenciadas das lutas do período anterior, que contavam com a presença central da classe operária fabril. (DURANS, 2008).

São lutas transclassistas, antiimperialistas e algumas de caráter anticapitalistas. Para Antunes (2005), esta fase de mundialização dos capitais corresponde também a uma nova fase de mundialização das lutas sociais.

Os diferentes movimentos e explosões sociais, bem como a variedade de greves e rebeliões que estamos presenciando, nesta fase de mundialização dos capitais, indicam que adentramos também numa nova fase de mundialização das lutas sociais e das ações coletivas. Ações estas que são desencadeadas ora a partir dos confrontos que emergem diretamente do mundo do trabalho, como as greves que ocorrem cotidianamente em tantas partes do mundo, ora mediante ações dos movimentos sociais dos desempregados, que compreendem a crescente e enorme parcela dos que se *integram* no mundo do trabalho pela forma do *desemprego, da desintegração social...*

Desde Seattle, passando por Praga, Nice, pela confrontação social e política em Gênova e, ainda mais recentemente, pela explosão social na Argentina, desde dezembro de 2001, e também em vários outros países da América Latina, exemplos por certo multifacetados, mas eivados de

significados e conseqüências e que se constituem em *importantes sinais de que uma nova era de embates sociais mundializados serão traço constitutivo desse novo Século XXI que se inicia.*

São, portanto, ricos exemplos das *novas formas de confrontação social* em curso contra a lógica destrutiva que preside a (des)sociabilidade contemporânea. Morfologia que deve ser compreendida a partir do *(novo) caráter multifacetado do trabalho.* (grifos do autor). (ANTUNES, 2005, p. 8)

A América Latina tem sido campo de muitas lutas e manifestações, algumas destas chegando inclusive a atingir processos insurrecionais. Referimo-nos, aqui, aos processos ocorridos na América Latina a partir dos quais a população realizou mobilizações de rua que provocaram quedas de presidentes e clamaram por uma nova realidade, em reação ao aprofundamento da miséria instalada no continente, decorrente da aplicação dos programas de ajustes estruturais. Estes processos, Arcary (2004, p.28) qualificou como revoluções políticas, citando como exemplos: o Equador, a Venezuela, a Argentina e a Bolívia.

Podemos destacar, na Argentina, (o argentinazo - desempregados, piqueteiros e os setores médios, Assembleias de Bairros); no Equador, (CONAIE, Assembleia dos Povos); na Bolívia, (o movimento operário dirigido pela COB que enfrentou o presidente Sanches de Losada, a luta dos cocaleros, Coordenação das Águas de Cochabamba). Rebeliões camponesas que impediram privatizações de empresas no Paraguai; conflitos na Venezuela que desde o caracazo (1989) colocaram a população em ebulição, derrubando o presidente Pérez e conduzindo Hugo Chávez ao governo central - desde esse fato a população (partidários de Chávez) já enfrentou, com sucesso, duas tentativas de golpes militares; acirramento da luta na Colômbia (FARC, ELN); os levantes de Chiapas no México, eleição de um ex-operário metalúrgico no Brasil, numa evidente demonstração, ainda que pela via eleitoral, da negação da política neoliberal vigente no país desde 1989, além do Movimento dos Sem Terra e do funcionalismo público (com destaque para os Docentes das Universidades) na luta permanente contra as reformas neoliberais (previdência, universitária, sindical e trabalhista, etc.); a luta contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) que na 4ª Cúpula das Américas em Mar Del Plata, na Argentina, recebeu manifestações de repúdio em todo o continente. Foram significativas, ainda, as manifestações de repúdio em todos os países visitados pelo presidente dos EUA George W.Bush, numa clara reação ao imperialismo estadunidense. (DURANS, 2008)

Inicialmente, entendemos que estes movimentos são uma reação aos ataques do capital às conquistas sociais, que manifestam uma reação dos povos ao aprofundamento da condição de pauperização absoluta em todo o planeta e uma resposta à falência dos planos neoliberais. Em segundo lugar, não são movimentos uniformes, homogêneos. São movimentos que lutam por questões específicas de seus países (lutas econômicas de reação a perdas) e questões internacionais como guerras, globalização, com a participação ampla de setores médios, de juventude, entre outros, portanto, expressando um progresso na mentalidade antiimperialista sem, contudo, apontar para a superação da ordem do capital, embora alguns sejam de caráter anticapitalista. Tal processo refletiu politicamente no interior do principal país imperialista que precisou renovar a sua face de dominação, elegendo um presidente democrata negro, Barack Hussein Obama Jr..

Esses processos, apesar de ainda serem desiguais e contraditórios, a nosso ver, abrem possibilidades para superação da confusão ideológica que abateu o movimento de massas após a “queda do muro de Berlim”.

Do ponto de vista de classe, vale dizer que a reorganização atual não conta com a expressiva participação ou mesmo protagonismo da classe operária fabril tradicional. Isto, porém, não nos credencia a questionar o papel estratégico do operariado nas transformações sociais necessárias. Mas, indica que é preciso compreender que, após um longo período de ataques dirigidos contra esta classe, tanto no plano objetivo quanto subjetivo, que desmobilizaram e desmoralizaram as organizações dos trabalhadores, principalmente os sindicatos, estes se encontram recuados, mas já apontam para processos de reorganização. (Durans, 2008)

Mais recentemente, o mundo assistiu ao anúncio da explosão de uma crise no coração do sistema, nos EUA, que teve como expressão fenomênica a crise financeira. Pelo caráter da crise, que caracterizamos como crise de superprodução, determinada pela queda da taxa de lucro, pela sua profundidade e extensão, terá impactos em todos os países, exigindo uma redefinição das estratégias de acumulação, em face à falência do modelo neoliberal. Qual será a posição que assumirão os países amazônicos nesse processo?

3 CONCLUSÃO

Na época atual, vive-se o aprofundamento dos traços mais destrutivos do sistema capitalista: destruição das forças produtivas em âmbito global, interdependência das economias, predomínio dos monopólios comandados pelo sistema financeiro, superexploração do trabalho, ampliação do desemprego, intensificação dos

ataques aos direitos e conquistas históricas. Os capitalistas diante da crise atual, buscam implementar alternativas para a retomada do ciclo da acumulação que reafirmam as soluções clássicas: redução do salário médio, barateamento das commodities, aceleração da substituição tecnológica, blindagem do capital financeiro, expansão do capitalismo até a última fronteira, com deslocalização industrial.

Nesse último aspecto, inferimos que aos países amazônicos é reservado um papel de destaque, como expansão de mercado, de disputa pela riqueza natural, pela força de trabalho disponível. Como evoluirá o movimento de massas na América Latina? Os movimentos organizados dos setores populares, dos povos originários, do conjunto dos trabalhadores serão capazes de atingir um nível de mobilização e organização, capazes de reverter as condições históricas de subalternidade, dependência e miséria dos países, capaz de pôr em pauta a necessidade de construção de estratégias políticas que apontem para uma sociabilidade que busque reconstruir a harmonia dos seres humanos com a natureza, e caminhe para a emancipação e liberdade humanas? Como se colocarão os governos ditos de centro-esquerda, a exemplo de Rafael Correa (Equador), Hugo Chávez (Venezuela), Evo Morales (Bolívia), Tabaré Vasquez (Uruguai), Fernando Lugo (Paraguai), Lula (Brasil). Serão permeáveis às pressões populares ou seguirão implementado políticas centristas entre os interesses imperialistas e das populações empobrecidas, a exemplo do pagamento das dívidas externas e políticas compensatórias? Como o Serviço Social tem enfrentado esses debates?

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas. **Cadernos ANDES**, Brasília, n. 21, p. 8 – 16, nov. 2005.

ARCARY, Valério. **As esquinas perigosas da história**: situações revolucionárias em perspectiva marxista. São Paulo: Xamã, 2004.

DURANS, Cláudia Alves. **Limites do sindicalismo e a reorganização da luta social**: uma análise a partir das experiências dos metalúrgicos e ferroviários maranhenses. São Luís: EDUFMA, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

LENINE, V.I. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1977. Tomo 1.

MANDEL, Ernest. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Zahar. 1980.

WELMOVICK, José. Situação mundial: o cabo de guerra se tensiona. In: **Marxismo Vivo. Revista de Teoria e Política Internacional**, n. 5, 2002.

NOTAS

1. Aqui recorremos à categoria imperialismo trabalhada por Lênin (1977) quando analisou a economia capitalista do final do século XIX até meados da segunda década do século XX, no livro conhecido como “Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo”. Nessa obra, o autor apresenta um quadro da economia mundial capitalista nas suas relações internacionais, às vésperas da primeira guerra imperialista mundial. Sustentando-se nos estudos de Marx acerca das leis do surgimento, desenvolvimento e decadência do capitalismo, Lênin (1977) apresentou os traços constitutivos dessa nova fase: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na economia; 2) fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação baseada nesse ‘capital financeiro’ da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitais, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. “O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.” (LÊNIN, 1977, p. 642).
2. “Dezenas de milhões de cadáveres e mutilados, vítimas da guerra – essa guerra feita para decidir que grupo de bandoleiros financeiros, o inglês ou o alemão, devia receber uma maior parte do saque -, e depois estes dois ‘tratados de paz’ (Brest-Litovsk e Versalhes), abrem os olhos, com uma rapidez até agora desconhecida, a milhões e dezenas de milhões de homens atemorizados, oprimidos, iludidos e enganados pela burguesia. Em conseqüência da ruína mundial, fruto da guerra, cresce, pois, a crise revolucionária mundial, que, por mais longas e duras que sejam as vicissitudes que atravessa, não poderá, terminar senão com a revolução proletária e sua vitória”. (LÊNIN, 1977, p. 583).

3. “Dezenas de milhões de cadáveres e mutilados, vítimas da guerra – essa guerra feita para decidir que grupo de bandoleiros financeiros, o inglês ou o alemão, devia receber uma maior parte do saque -, e depois estes dois ‘tratados de paz’ (*Brest-Litovsk e Versalhes*), abrem os olhos, com uma rapidez até agora desconhecida, a milhões e dezenas de milhões de homens atemorizados, oprimidos, iludidos e enganados pela burguesia. Em consequência da ruína mundial, fruto da guerra, cresce, pois, a crise revolucionária mundial, que, por mais longas e duras que sejam as vicissitudes que atravesse, não poderá, terminar senão com a revolução proletária e sua vitória”. (LÊNIN, 1977, p. 583).

Cláudia Alves Durans

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Adjunto I (UFMA).

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Av. dos Portugueses, S/N - CEP 65085-580
São Luís - MA